4 — A Câmara Municipal de Alcobça fornecerá aos concorrentes uma ficha de admissão, à qual, depois de devidamente preenchida, será anexado um processo elaborado pelos concorrentes, que deverá conter:

- Memória descritiva;
- Peças desenhadas do projecto;
- Levantamento fotográfico que permita avaliar a intervenção, referindo, se possível, a situação anterior e o resultado final.

5 — Os processos de candidatura deverão ser formalizados no Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico.

6 — A apresentação de candidaturas pressupõe a aceitação integral do presente Regulamento.

Artigo 4.º

Exclusão

1 — Não podem ser consideradas, para efeitos de atribuição do Prémio de Arquitectura Eugénio dos Santos do Município de Alcobça, obras em cujos projectos tenham, a qualquer título, participado algum dos membros do júri.

2 — Não serão consideradas, para efeitos do concurso, obras que tenham participado nas anteriores edições do Prémio de Arquitectura Eugénio dos Santos do Município de Alcobça.

Artigo 5.º

Dos critérios de avaliação e da atribuição do prémio

1 — Na apreciação dos trabalhos, o júri terá em linha de conta os seguintes aspectos:

- a) Expressão arquitectónica;
- b) Inserção da volumetria;
- c) Relação com a envolvente;
- d) Rigor na construção/recuperação/requalificação.

2 — Na categoria A serão consideradas intervenções com projectos de autoria de arquitectos, não condicionadas por preexistências na área de intervenção.

3 — Na categoria B serão considerados projectos elaborados por arquitectos para edifícios existentes, em que se pode alterar a vocação, admitindo-se que a intervenção tenha alterado a forma ou a função, respeitando no entanto globalmente o edifício existente.

Artigo 6.º

Constituição do júri

1 — O júri será constituído por:

- a) Presidente da Câmara Municipal, que presidirá;
- b) Vereador do pelouro do urbanismo;
- c) Um arquitecto representando a Ordem dos Arquitectos, a definir por esta instituição;
- d) Um elemento da Assembleia Municipal, a eleger por este órgão;
- e) O director do Departamento Gestão e Planeamento Urbanístico;
- f) Um arquitecto do Departamento Gestão e Planeamento Urbanístico a definir pela Câmara Municipal;
- g) Um munícipe de reconhecido prestígio a convidar pela Câmara Municipal.

2 — Estão impedidos de participar nas reuniões os membros do júri que:

- a) Tenham qualquer interesse, directo ou indirecto, na entidade promotora ou projectistas das obras postas a concurso;
- b) Tenham relações de parentesco em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral com qualquer promotor, construtor ou projectista das obras postas a concurso.

Artigo 7.º

Participação dos concorrentes e atribuição do prémio

1 — O júri fará uma pré-selecção das candidaturas apresentadas, a partir da qual fará a selecção final das obras postas a concurso.

2 — Os concorrentes seleccionados para a final serão notificados para apresentarem os seus trabalhos num painel A0, ao alto, em suporte rígido, onde seja explicado de uma forma clara o projecto.

3 — Poderão também, se o desejarem, apresentar maquetas dos edifícios. Nesse caso, deverão avisar atempadamente o serviço encarregue da exposição dos trabalhos.

4 — Do conjunto da selecção final das obras postas a concurso serão escolhidas, por votação, as premiadas.

5 — As escolhas e as votações serão feitas por escrutínio secreto desde que algum membro do júri o requeira.

6 — Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efectuado por escrutínio secreto.

7 — Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, proceder-se-á a votação nominal.

8 — Das reuniões do júri deverá ser lavrada acta.

9 — Das decisões do júri não há recurso.

Artigo 8.º

Divulgação

1 — A Câmara Municipal de Alcobça publicará no *Boletim Municipal* todas as obras postas a concurso seleccionadas para a final, que também serão apresentadas em exposição pública.

2 — A atribuição dos prémios será feita na inauguração da exposição que será realizada pelo serviço encarregue da organização desta iniciativa.

Artigo 9.º

Calendarização

O Prémio de Arquitectura Eugénio dos Santos do Município de Alcobça realiza-se de dois em dois anos e no decorrer de cada ano em que ocorre cumprirá o seguinte calendário:

- Divulgação do concurso — Janeiro a Março;
- Recolha de trabalhos — Abril;
- Reuniões do júri — Maio;
- Seleção — Junho;
- Início da exposição, colóquio e entrega dos prémios — Outubro;
- Encerramento da exposição — Dezembro.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 8325/2005 (2.ª série) — AP. — *Taxa municipal de direitos de passagem.* — Paulo Tito Delgado Morgado, presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, torna público que, por deliberações de 16 de Setembro de 2005 da Câmara Municipal e de 30 de Setembro de 2005 da Assembleia Municipal, foi fixada a taxa municipal de direitos de passagem em 0,25 % sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, conforme o estipulado na alínea b) do n.º 2 da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Para constar e para os devidos efeitos se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

25 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Paulo Tito Delgado Morgado*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANSIÃO

Aviso n.º 8326/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Outubro de 2005, foi renovado o contrato a termo certo com Maria Teresa Ferreira Reis Freire, para exercer funções na área de engenharia civil, pelo prazo de 12 meses, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2005.

22 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Fernando Ribeiro Marques*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL

Aviso n.º 8327/2005 (2.ª série) — AP. — Ricardo João Barata Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público que, de acordo com os seus despachos de 11 de Novembro de 2005 e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foram renovados por mais seis meses, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, de 27 de Agosto de 2003, conjugado com o artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos de trabalho com termo resolutivo certo correspondentes a cada profissão das abaixo descritas, celebrados entre esta Câmara Municipal e os seguintes trabalhadores:

Vítor Manuel da Cunha Santos, operário qualificado (lubrificador) — com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005.

Nuno Miguel da Costa Gouveia, operário semiquilificado (cabouqueiro) — com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005.

Francisco José N. Marques dos Santos, operário semiquilificado (cabouqueiro) — com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005.

José Carlos da Costa Augusto, operário semiquilificado (cabouqueiro) — com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005.

Leonor Maria de Castro S. Marques, técnica de 2.ª classe (jornalismo) — com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005.